

DISCURSO TOMADA DE POSSE
PRESIDENTE DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU
ENGENHEIRO FERNANDO LOPES RODRIGUES SEBASTIÃO

AULA MAGNA DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

11 DE SETEMBRO DE 2009

- Senhora Presidente do Conselho Geral do IPV, Professora Doutora Maria Avelina Martins Ferreira Rainho
- Senhor Presidente do CCISP, Professor Doutor João Alberto Sobrinho Teixeira
- Senhores Deputados
- Presidentes das CM do Distrito de Viseu
- Senhores Presidentes e Vice-presidentes dos Institutos Politécnicos e de Escolas Superiores Politécnicas presentes
- Senhor Governador Civil
- Senhores Membros do Conselho Geral do Instituto
- Senhores Presidentes dos Conselhos Directivos, Científicos, Pedagógicos e Assembleias de Representantes das diversas Escolas do IPV
- Distintas autoridades civis, militares e eclesiásticas
- Senhores Presidentes da Associação Académica do IPV e das Associações de Estudantes das escolas
- Ilustres convidados
- Senhores Professores, Funcionários e Alunos
- Senhores Representantes dos Órgãos de Comunicação Social

Começo esta minha intervenção com uma palavra de sentido reconhecimento pelo voto de confiança que me foi dado pelo Conselho Geral do Instituto no sentido da continuidade do projecto iniciado em 15 de Setembro de 2008. Tendo a consciência que existe por parte da comunidade viseense uma grande expectativa em relação ao desenvolvimento do Instituto nos próximos quatro anos e, considerando a importância que o IPV tem para o desenvolvimento socioeconómico da região, quero assegurar-vos que farei todos os possíveis para corresponder às vossas expectativas.

O Instituto Politécnico de Viseu, é uma instituição de ensino superior de direito público ao serviço da sociedade, que tem como missão a formação de recursos humanos, a produção e difusão do conhecimento bem como a colaboração ao nível técnico-científico com as empresas e outros organismos da região e do país. Cabe ao Instituto contribuir para a necessária modernização dos diferentes sectores da vida nacional que se traduz na procura crescente e mais exigente de recursos humanos qualificados.

Ao longo destes 25 anos o IPV desempenhou um papel de grande relevância para o desenvolvimento regional, nas suas diversas vertentes, designadamente através dos seus diplomados, muitos dos quais ocupam, hoje, lugares de destaque em empresas e outras instituições públicas e privadas. No entanto, apesar dos resultados alcançados é um imperativo do Instituto continuar a ajustar-se e a dar resposta à evolução permanente das necessidades de formação, investigação e desenvolvimento tecnológico, que se vão criando em todos os sectores de actividade, na região e no país.

O IPV possui actualmente cinco escolas: ESEV, ESTV, ESAV, ESSV e ESTGL.

É uma comunidade constituída por:

- 6000 Alunos;
- 400 Professores e
- 230 Funcionários.

Disponibiliza um leque formativo bastante diversificado:

- 35 Cursos de Licenciatura;
- 22 de Mestrado;
- 9 Cursos de Especialização Tecnológica;
- 12 Pós-graduações e Pós-licenciaturas.

Dos 400 docentes, 240 possuem o grau de mestre e, 100 o de doutor, sendo nosso objectivo que, dentro de três anos, o corpo docente seja constituído por, pelo menos, 50% de doutorados.

Este mandato inicia-se num momento em que estão em curso grandes reformas ao nível do ensino superior, em Portugal, que obrigam, num curto intervalo de tempo, à implementação de profundas mudanças organizacionais e num período em que a situação económica do país traz dificuldades acrescidas à gestão financeira da instituição.

A entrada em vigor da Lei n.º 62/2007 de 10 de Setembro (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior) determinou a obrigatoriedade da revisão estatutária. Os novos estatutos do IPV encontram-se já em vigor e estão em fase de homologação os estatutos das escolas. Quer uns, quer outros introduzem profundas alterações à estrutura organizativa da Instituição com reflexos manifestos na sua cultura organizacional.

No âmbito do novo regime jurídico da avaliação do ensino superior foi criada, em 5 de Novembro, através do Decreto-Lei n.º 369/2007, a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior com a missão de proceder à avaliação e à acreditação das instituições deste nível de ensino e dos seus ciclos de estudos, bem como desempenhar as funções inerentes à inserção de Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade. O processo de acreditação encontra-se já agendado, devendo as candidaturas ser apresentadas de 2 Novembro a 30 de Dezembro de 2009 para os novos cursos e de 16 de Novembro de 2009 a 5 de Março de 2010 para os cursos que se encontram em funcionamento.

Em 31 de Agosto, foi publicado o Decreto-Lei n.º 207/2009, que procede à revisão do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81 de 1 de Julho. Este diploma introduz alterações profundas ao anterior estatuto, designadamente ao nível da qualificação e avaliação dos docentes e terá implicações orçamentais inerentes ao alargamento dos mapas de pessoal.

No próximo mandato continuará, por tudo isto, a ser exigido, um grande esforço de mudança, cujo sucesso só será possível se entendido como tarefa colectiva (de dirigentes, docentes, funcionários e alunos).

Apesar da evolução demográfica do país ter tido, nos últimos anos, consequências na redução de candidatos ao ensino superior, verifica-se, por outro lado, a necessidade crescente de modernização dos diferentes sectores da vida nacional. Esta necessidade traduz-se numa maior e mais exigente procura de recursos humanos qualificados o que constitui, para a instituição, uma oportunidade de afirmação das suas capacidades que deve ser orientada, para

o reforço e qualidade da sua intervenção e da cooperação com outras instituições de ensino ou demais sectores, de âmbito regional, nacional ou internacional.

O Instituto Politécnico de Viseu tem responsabilidades perante a sociedade, nomeadamente no que respeita ao contributo para o aumento dos níveis de escolarização e à diversificação das oportunidades de formação da população, não só dos jovens, mas, também da população activa.

Neste sentido, torna-se necessário consolidar as formações actualmente oferecidas em Viseu e em Lamego e procurar dar resposta às novas necessidades que resultam da explosão do conhecimento e da revolução tecnológica. Esta resposta não se esgota no ensino formal de cursos conducentes a grau. A formação ao longo da vida é, hoje, uma necessidade indiscutível e uma oportunidade a não perder por parte da instituição. A aposta nas pós-graduações deve ser incrementada, havendo também muito a fazer no âmbito da formação profissional, dadas as necessidades crescentes de modernização das empresas e serviços da região.

Cabendo, a cada Escola, a definição do seu plano de formação, esta é uma área onde se exige concertação estratégica ao nível de todo o IPV e desta instituição com os agentes sociais regionais. Esta concertação é essencial para que as escolas cooperem entre si promovendo um melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis, para que se evitem duplicação de cursos dentro do Instituto e para que os cursos propostos tenham relevância no mercado de trabalho.

No que se refere à investigação, esta deve ser assumida como parte da missão do IPV e não resultar, simplesmente, da iniciativa individual de alguns docentes ou da necessidade destes de realizarem as suas provas de mestrado ou doutoramento.

Nesse sentido torna-se necessário procurar melhorar as condições de funcionamento do actual centro de investigação do Instituto (Centro de Estudos em Educação, Tecnologias e Saúde - CI&DETS) e incentivar a integração de novos investigadores. Não sendo possível incluir num único centro todas as áreas é desejável a criação de parcerias com outras instituições de investigação ou outras instituições de ensino superior para a realização de projectos conjuntos de investigação ou mesmo com vista à constituição de novos centros de investigação. Em situações específicas poderão os professores do IPV ser autorizados a integrar centros de outras instituições, designadamente quando aí possuam condições que actualmente não tenham no Instituto.

Uma política de investigação desenvolve-se com recursos humanos e, em particular, com doutorados em áreas estrategicamente importantes nos domínios identificados como de intervenção privilegiada em cada escola. Assim, é essencial para o IPV, a consolidação das bases que possibilitem o desenvolvimento dessa política e que passa, antes de mais, pela continuidade do programa de apoio à formação avançada do corpo docente recentemente iniciado pelo Instituto. A utilização deste programa bem como do PROTEC ou de outros programas disponibilizados pela FCT por parte dos docentes, é essencial para a acreditação de alguns dos cursos do Instituto, dadas as actuais exigências no que se refere à qualificação dos recursos humanos.

Dentro deste quadro, o Instituto deve apoiar financeiramente, designadamente, através da redução do serviço docente ou da atribuição de bolsas para o pagamento das propinas, os docentes em doutoramento, no quadro do programa atrás referido. Para o efeito e apesar da aprovação do PROTEC o IPV continuará a disponibilizar a verba de 1 milhão de euros para apoio à formação avançada do corpo docente nos próximos quatro anos.

Sem prejuízo do apoio que possa ser dado pelas escolas, esta verba irá, igualmente, permitir o apoio efectivo à produção científica, designadamente através do financiamento da participação dos docentes, com apresentação de comunicações, em congressos nacionais ou internacionais, de qualidade reconhecida.

Para além da necessidade de produção e difusão dos novos conhecimentos dentro da comunidade científica, deverá, também, procurar promover-se a sua valorização económica e social, sendo urgente a criação de mecanismos (regulamento) que garantam os direitos de autor e da propriedade intelectual aos investigadores envolvidos e à própria instituição.

A formação contínua de todos aqueles que exercem a actividade profissional no IPV é da sua responsabilidade mas também da instituição. Compete ao Instituto e às suas escolas apoiar a formação do pessoal docente e não docente e contribuir para a sua motivação procurando, dentro dos recursos disponíveis, pugnar pela valorização das suas carreiras e pela sua estabilidade de emprego. No entanto, tal apoio está condicionado, em grande medida, pela dotação orçamental atribuída anualmente pelo Orçamento de Estado.

A ligação ao meio social e económico é imperiosa para qualquer estabelecimento de Ensino Superior e de forma muito especial no que se refere ao Ensino Politécnico.

Uma instituição como o IPV não deve estar isolada da comunidade em que se encontra inserida mas antes, fazer parte activa dessa comunidade. A integração do IPV na vida da cidade e da região tem de ser algo natural e a instituição deverá ser motivo de orgulho para todos.

No sentido do reforço da ligação ao meio, torna-se necessário:

- Alargar e reforçar a prestação de serviços à comunidade, nas suas diversas vertentes, tornando interactivas todas as Escolas do IPV nas mais diversas áreas e reforçando o papel da ADIV como interface do Instituto;
- Reforçar a ligação às Associações Empresariais, Sectoriais, Autarquias e outros organismos públicos da região, nomeadamente nas áreas da Educação, da Saúde, do Emprego;
- Alargar e reforçar a cooperação com outras Instituições de Ensino Superior Nacionais e promover a cooperação com Organismos e Outras Instituições de Ensino a nível Internacional;
- Alargar e reforçar a cooperação com empresas, serviços e outras forças de âmbito local, regional e nacional, nos domínios da investigação, desenvolvimento e inovação;
- Criar as infra-estruturas e um corpo técnico necessários ao pleno desenvolvimento das capacidades internas das diversas Escolas, colocando-as ao serviço do meio envolvente.

A globalização é, hoje, uma realidade. Assim, no que se refere ao Ensino Superior, revela-se de particular importância a troca de experiências científicas e pedagógicas a nível nacional e internacional, de forma a incrementar a qualidade de formação docente e discente, e a promover a actualização permanente em todos os domínios científicos.

Neste contexto, a selecção de parcerias com a comunidade científica nacional e internacional, deve corresponder, não só, aos objectivos do IPV e das suas unidades orgânicas,

mas também, aos interesses das autarquias, no âmbito das suas políticas de gemação ou aos objectivos comerciais das empresas em relação às suas políticas de internacionalização.

Neste sentido, as relações externas do IPV deverão ser orientadas para:

- A melhoria da formação dos alunos proporcionando-lhes a possibilidade de contacto com realidades escolares de países diferentes e a abertura de novas perspectivas de emprego;
- A diversificação dos graus académicos dos docentes, bem como das possibilidades para o estabelecimento de parcerias com vista ao desenvolvimento de projectos de investigação internacionais;
- A participação em acções de cooperação internacional e de internacionalização que sejam desenvolvidas quer pelo Governo, pelas Autarquias Locais, pelas empresas, ou outros agentes sociais;
- A cooperação no quadro do desenvolvimento da língua, da cultura e da ciência no espaço dos países da Comunidade de Língua Portuguesa.

A qualidade de ensino, investigação e dos serviços prestados por uma instituição de ensino superior, passa claramente pela qualidade dos seus recursos humanos, mas também pela qualidade das suas instalações e pela existência de recursos materiais adequados.

O crescimento e diversificação verificados nos últimos anos ao nível das diversas escolas do IPV, apesar do investimento realizado, não foram acompanhados, de uma forma geral, pelo desenvolvimento das suas instalações, designadamente no que se refere a espaços de ensino e investigação, de estudo e de infra-estruturas sociais de apoio aos alunos.

Sem se pretender, de momento, ser exaustivo na caracterização deste aspecto, constata-se, no entanto que, existindo escolas com melhores condições físicas que outras, nenhuma delas terá hoje as condições ideais para o cumprimento cabal da sua missão. É também reconhecida a necessidade da construção de algumas instalações comuns a toda a instituição.

A metodologia a seguir passa pela identificação das necessidades, definição de prioridades de acção, elaboração de projectos e procura de financiamentos sem prejuízo da possibilidade de algumas das obras poderem vir a ser financiadas por receitas próprias.

Neste momento encontram-se em elaboração os projectos do Pavilhão Polidesportivo e de ampliação do edifício da ESTGL.

Uma das prioridades já identificadas, para além dos projectos atrás referidos, passa pela construção do Edifício Administrativo da Escola Superior Agrária e pela permuta dos terrenos desta, de forma a garantir a posse dos edifícios já construídos, para a qual contamos com a prestimosa colaboração da Confraria de Santo António, proprietária da quinta da Alagoa e da Câmara Municipal de Viseu, uma vez que a viabilidade da permuta está dependente do Plano Director Municipal.

Com o crescimento e a utilização intensiva do parque escolar, torna-se necessária uma atenção cada vez maior à manutenção das instalações, o que exige, para além de uma maior afectação de recursos financeiros, uma maior organização dos respectivos serviços e do planeamento das intervenções a efectuar. Nesse sentido é essencial a reestruturação dos actuais serviços de manutenção, do IPV e das Escolas, no sentido de dar uma resposta mais eficaz a esta questão.

A qualificação das pessoas não se limita à 'educação' e à 'ciência' estendendo-se, imperativamente, à 'formação' e à 'cultura'.

Neste contexto pretendemos o desenvolvimento de uma política cultural que constitua um conjunto de actividades concertadas e duradouras no tempo. A política a desenvolver deverá inserir-se ao nível da academia do IPV, da cidade e da região de influência da cidade. Deverá constituir um contributo efectivo no sentido de possibilitar à comunidade, designadamente à comunidade académica, uma vivência enriquecedora através da oferta de produtos da área da cultura e, simultaneamente, da criação de oportunidades de participação na sua concepção e produção.

Temos consciência do muito que foi feito pelo Instituto e em particular por cada uma das suas escolas para a melhoria da qualidade da formação e investigação, das suas condições físicas, dos seus recursos humanos, dos serviços disponibilizados aos alunos e à comunidade.

Temos, igualmente, consciência do muito que falta fazer, na certeza de que não esqueceremos que sem alunos não se justifica a existência do Instituto, pelo que tudo faremos para que estes tenham cada vez melhores condições para a sua formação, para o reconhecimento externo do seu mérito e, em consequência, para tornar o IPV mais atractivo junto dos novos candidatos ao ensino superior.

Não poderia terminar esta intervenção sem deixar uma palavra de reconhecimento à senhora Presidente do Conselho Geral, pela sua disponibilidade, pela sua dedicação, pela sua eficiência.

Igualmente devo realçar a disponibilidade, a amizade e a colaboração prestada pelo Professor Sobrinho Teixeira desde que assumiu as funções de Presidente do CCISP.

O desenvolvimento do IPV não se faz apenas por essa ser a vontade do seu Presidente. Tal será possível se podermos contar com a colaboração de todos: Do Ministério, dos agentes políticos locais, dos docentes, funcionários, alunos e membros da comunidade. Tal será possível se apesar das diferenças que possamos ter, nos entendermos naquilo que é essencial e se canalizarmos as nossas energias para o que verdadeiramente importa. Cabe-me, a mim, a responsabilidade de dar o exemplo e pugnar para que tal aconteça. Espero, de toda a comunidade académica, a colaboração necessária para que o IPV seja, uma instituição cada vez mais dinâmica, mais integrada na região e mais prestigiada no âmbito do ensino superior politécnico português.